



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

## INQUÉRITO PARLAMENTAR N.º 1/XVI/1.ª

### COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À ATUAÇÃO DO REGULADOR NO ÂMBITO DA REESTRUTURAÇÃO ACIONISTA DO GMG

Em julho de 2023, o fundo de investimento aberto World Opportunity Fund (WOF), com sede nas Bahamas, adquiriu à Palavras de Prestígio uma quota representativa de 38% do capital social da Páginas Civilizadas. Desta forma, e sem qualquer justificação, um fundo internacional de origem desconhecida sediado num paraíso fiscal caribenho passou a deter 41,51% do capital da Global Media Group (GMG), um dos maiores grupos de comunicação social privados em Portugal, detentor de títulos como o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias, o Jogo ou a TSF.

Segundo a informação então divulgada, o fundo teria como rosto visível a gestora de fundos suíça Union Capital Group (UCAP Group) e seria representado pelo Sr. Clément Ducasse, que em setembro anunciou a nomeação de um novo Conselho de Administração, constituído por José Paulo Fafe (ex-diretor do jornal Tal & Qual), Diogo Agostinho e Filipe Nascimento, para cumprir um “ambicioso projeto de crescimento”. Começava aí um processo que acabaria por colocar em causa a sustentabilidade do GMG, durante o qual foram sendo identificadas inúmeros atropelos e violações à Lei de Imprensa e à Lei que regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

No dia 8 de setembro, o Conselho de Redação (CR) da TSF denunciou uma "uma flagrante violação da Lei de Imprensa" por não ter sido consultado pelo Conselho de Administração (CA) sobre a saída do diretor editorial da rádio, Domingos Andrade, e a nomeação do jornalista Rui Gomes para o cargo de diretor-geral. Ainda em setembro, o Conselho de Redação da TSF rejeitou a escolha de Rosália Amorim para directora, anunciada em 21 de Setembro pelo CA. Ainda assim, Rosália Amorim é nomeada Diretora do TSF.

Nos meses seguintes, a nova administração tomou um conjunto de decisões de gestão, incluindo o anúncio de despedimento coletivo de centenas de trabalhadores, o atraso no pagamento dos salários da totalidade dos trabalhadores do Grupo e o afastamento de cargos de direção em vários títulos, em simultâneo com a contratação de dezenas de profissionais e de nomeações para outros títulos, que levaram a uma troca de acusações pública por parte dos accionistas Marco Galinha, Kevin Ho, José Pedro Soeiro e Mendes Ferreira, e o representante do WOF no Conselho de Administração, José Paulo Fafe, sobre a insustentabilidade financeira do GMG.

No dia 6 de dezembro, em comunicado interno emitido pela Comissão Executiva do GMG, José Paulo Fafe atribuiu parte das responsabilidades ao falhanço do chamado “negócio da LUSA”, que constituía na venda ao Estado das participações que o GMG detém no grupo Agência Lusa, chegando a alegar interferências políticas no negócio entre o WOF e o Grupo Bel, de Marco Galinha: “Ao longo do período que duraram as negociações entre o WOF e Marco Galinha, não foram poucas as tentativas de interferência por parte de alguns setores e personalidades políticas, criando e fomentando boatos que visavam descredibilizar o negócio e o próprio fundo de investimento”. (...) “este processo de permanente interferência política [...] culminou no chumbo de última hora ao negócio da venda das participações do GMG na agência Lusa”. Como consequência, também a Agência pública LUSA é participada por um fundo com origem nas Bahamas.

No dia 15 de dezembro, onze diretores dos quatro títulos do grupo (JN, TSF, o Jogo, Dinheiro Vivo) e o diretor digital do Grupo apresentaram a sua demissão. No dia 28 dezembro, a Comissão Executiva insiste que “Apesar dos esforços desenvolvidos ao longo das últimas semanas no sentido de assegurar em tempo útil o processamento dos salários referentes ao

mês de Dezembro, a Comissão Executiva vê-se obrigada a informar todos os trabalhadores do Global Media Group não existirem, à data de hoje, condições que permitam o pagamento dos salários deste mês. Tal como foi comunicado aos Diretores Editoriais numa reunião mantida na manhã de hoje, a situação financeira do GMG é extremamente grave, em particular após o inesperado recuo do Estado português no negócio já concluído para a aquisição das participações que o grupo possui na agência Lusa, da injustificada suspensão da utilização de uma conta caucionada existente no Banco Atlântico Europa há cerca de 6 anos, bem como de todo o aproveitamento político-partidário que, em época pré-eleitoral, tem sido feito em redor do grupo”.<sup>1</sup>

No dia 28 dezembro 2023, foi o próprio Governo a emitir uma nota à Comunicação Social sobre a situação da Global Media, afirmando que “o Governo acompanha com preocupação as notícias sobre a Global Media, grupo que detém, entre outros, a rádio informativa de maior alcance geográfico do país e quatro jornais diários com importante património histórico e profundo enraizamento social. (...) o ambiente de instabilidade que hoje se vive nas redações da Global Media corresponde a um empobrecimento do pluralismo informativo, que comporta sérios riscos para a democracia”, acrescentando que “o processo negocial com vista a que o Estado pudesse vir a assumir uma posição mais significativa na estrutura acionista da Agência Lusa visava preservar a autonomia desta agência e o seu papel na defesa do jornalismo. Tal operação tinha um propósito estratégico e, como é evidente, não podia ser encarada como a solução para problemas de tesouraria de curto prazo eventualmente enfrentados por um novo acionista.” Este comunicado chamava ainda a atenção para as várias incompreensões geradas pelo negócio: “gera a maior das perplexidades que, após a entrada de um novo acionista num grupo económico – a qual foi acompanhada de declarações de investimento no jornalismo – , se tenha passado rapidamente para afirmações de sentido contrário, que culminaram, no dia de hoje, no anúncio de que os

---

<sup>1</sup> A este propósito, deve-se acrescentar que o Grupo Parlamentar endereçou um requerimento ao Banco de Portugal a requerer informações relativas ao bloqueio da conta do Grupo Global Media no Banco Atlântico Europa e a respetiva fundamentação legal, tendo o BdP esclarecido que “a informação prestada pela instituição de crédito foi objeto de análise pelo Banco de Portugal, não se tendo configurado indícios de que o acesso à conta bancária em questão tenha sido vedado ou que tenha sido bloqueada a movimentação do respetivo saldo.”

salários do mês de dezembro não serão pagos na data devida. Cabia aos investidores estarem informados sobre as circunstâncias financeiras do grupo em que decidiram investir, pelo que não é crível virem agora alegar desconhecimento”.

A troca de acusações prosseguiu, tendo os accionistas Marco Galinha, Kevin Ho, José Pedro Soeiro e Mendes Ferreira denunciado, no dia 29 de dezembro, o “manifesto incumprimento por parte do World Opportunity Fund, Ltd, quanto a obrigações relevantes dos contratos, que, ao não ter ocorrido, teria permitido o pagamento dos salários e o cumprimento de outras responsabilidades da empresa”, assegurando que “os acionistas não deixarão de recorrer a todos os meios ao seu dispor para exercer os direitos legais e contratuais que lhes assistem e, bem assim, de tudo fazer quanto estiver ao seu alcance para restaurar a credibilidade do GMG e das suas marcas, honrando a história do Grupo e de todos aqueles que diariamente dão o seu melhor por um jornalismo de excelência”.

Em resposta, José Paulo Fafe referiu já ter exposto em reunião de accionistas “algumas situações e procedimentos detetados que nos suscitaram sérias dúvidas quanto à sua legalidade e transparência” (...) dando nota que a “Comissão Executiva decidiu realizar uma auditoria a todas as decisões, operações e negócios que conduziram o Global Media Group ao estado atual, não sendo de descuidar uma posterior decisão em recorrer a outras instâncias, no sentido de apurar eventuais responsáveis por situações menos claras e que indiciam em alguns casos uma gestão, no mínimo, pouco transparente”.

No dia 2 de janeiro, nova nota da Comissão Executiva reafirma que “Ao longo destes pouco mais de três meses, desde que esta Comissão Executiva entrou em funções, raro é o dia em que não somos apanhados de surpresa por factos e procedimentos que fizeram parte deste grupo ao longo dos últimos anos e que, sem margem para dúvidas, roçam a fronteira daquilo que pode ser considerada uma gestão pouco transparente e irresponsável (...) Temo-nos diariamente deparado com uma situação financeira muito difícil, e que a ‘due dilligence’ que previamente foi levada a cabo não refletiu de todo.

A troca de acusações aqui exposta prolongou-se e ganhou novos contornos na audição de ambos os membros do CA na Comissão Parlamentar de Cultura, onde Marco Galinha e José Paulo Fafe voltaram a referir a existência de má gestão sem nunca esclarecer, no entanto, a

origem do negócio entre o WOF e o GMG, a verdadeira intenção e a propriedade do capital atrás do fundo das Bahamas. A estas acusações acrescem várias denúncias feitas à mesma comissão por anteriores diretores do GMG, a saber Rosália Amorim e Domingos Andrade, sobre ingerências editoriais e de possíveis interesses económicos na gestão do grupo: “A nova gestão ainda mal tinha acabado de chegar e o senhor Paulo Lima de Carvalho [administrador], depois de ter tentado pressionar o diretor adjunto da TSF” para que ele “dissesse quem foi que aprovou uma determinada notícia” que tinha ido para o ‘site’ da rádio e goradas as tentativas, tentou “fazer o mesmo comigo”, relatou o jornalista. “Isto é apenas um episódio”, acrescentou. “Tive conhecimento a partir de um telefonema de Marco Galinha [que era na altura presidente executivo (CEO) da GMG] dizendo que íamos ter ajuda de um novo administrador” que se chamava Paulo Lima de Carvalho, que viria com o fundo “cujas negociações estariam em bom andamento”, que este tinha trabalhado em “várias áreas”, entre as quais na Casa da Música, no Porto, e “que também tinha ligações a uma empresa de assessoria para a comunicação “e que tinha ligações a um familiar de Luís Bernardo de outra empresa que se chama WL Partners”. “A destruição de valor tem sido tão grande, tão grave, tão gritante, eu não consigo sequer vislumbrar o que pode acontecer daqui para a frente”, acrescentou.

Na mesma ocasião, Rosália Amorim denunciou o que considerou ser uma “desvalorização das marcas” de media através das declarações que surgem na comunicação social. Inês Cardoso, diretora demissionária do Jornal de Notícias acrescentou que “há um discurso de ataque direto e desvalorização do título que não consigo compreender. Não conheço situações em que os CEO das empresas venham para o mercado dar números incorretos para baixo, ou seja, para agravar a situação da empresa”.

Tendo em conta toda a informação disponível à data, sendo as várias acusações e suspeitas conhecidas e denunciadas pelos trabalhadores, pelas direções demissionárias, pelo Governo e pelos Grupos Parlamentares, é incompreensível que apenas no dia 8 de janeiro a ERC tenha comunicado a abertura de procedimentos relativos à situação do Grupo Global Media, deliberando:

“1. A abertura de processo administrativo autónomo para a aplicação do artigo 14º da Lei da Transparência, dado que existem fundadas dúvidas sobre se, entre os detentores do World Opportunity Fund (WOF), existem participações qualificadas nos termos da Lei da Transparência (representando 5% ou mais do capital social e/ ou dos direitos de voto do Grupo Global Media).

2. A abertura de um procedimento oficioso de averiguações com vista a esclarecer as seguintes matérias:

a) Verificar da existência de uma alteração de domínio dos operadores de rádio não autorizada pela ERC com a entrada do acionista WOF na estrutura de propriedade do Grupo Global Media;

b) Verificar da ocorrência de uma modificação não aprovada pela ERC ao projeto do serviço de programas TSF;

c) Verificar das consequências da reestruturação em curso no Grupo Global Media sobre o pluralismo e a preservação das linhas editoriais dos diferentes órgãos de comunicação social do grupo.”

Ainda assim, decorreram mais de dois meses até a ERC finalmente determinar “a falta de transparência da titularidade da participação qualificada de 51,00% do World Opportunity Fund, Ltd., na Páginas Civilizadas, Lda, e, por essa via, da titularidade da participação indireta de 25,628% na Global Notícias - Media Group S.A.”, tendo como consequência “a suspensão do exercício dos direitos de voto do World Opportunity Fund, Ltd., na Páginas Civilizadas, Lda., e consequentemente na Global Notícias - Media Group, S.A.; 2. A suspensão do exercício dos direitos patrimoniais do World Opportunity Fund, Ltd., na Páginas Civilizadas, Lda., e consequentemente na Global Notícias - Media Group, S.A. (ERC/2024/127 (TRP-MEDIA).

O tempo decorrido entre as primeira notícias do negócio que envolvia a compra de uma participação qualificada na Global Media por um grupo desconhecido sediado nas Bahamas e a ação do regulador deixou claro que o processo em curso consistia, sob as mais variadas formas, um risco real não apenas para o dever de transparência, também para a liberdade e pluralismo de expressão e a salvaguarda da independência editorial perante os poderes político e económico, assim como de outras atribuições previstas no artigo 8.º da Lei

53/2005, de 8 de novembro, que “Cria a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, extinguindo a Alta Autoridade para a Comunicação Social”.

Assim, as Deputadas e os Deputados abaixo-assinados requerem, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 5/93, de 1 de março, republicada pela Lei n.º 15/2007, de 3 de Abril, a constituição imediata e obrigatória de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à atuação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social no âmbito do processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o WORLD OPPORTUNITY FUND, LDA (WOF), incluindo os atos de gestão do grupo, presentes ou passados, que sejam relevantes para a atual situação de instabilidade vivida pelo GMG e para o desfecho do chamado “negócio da LUSA”.

Assembleia da República, 27 de março de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; Fabian Figueiredo; Marisa Matias;

José Soeiro; Mariana Mortágua